

# Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Informações Trimestrais - ITR em 31 de  
março de 2020

# Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	12

## Comentário de desempenho

### 1. Principais acontecimentos no período

#### (a) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 31 de março de 2020 foi de 100% (99,99% em 31 de março de 2019).

#### (b) Pagamento de principal e juros das debêntures

A Companhia realizou pagamento de R\$ 3.307 mil de amortização do principal e R\$ 1.702 de ao juros.

### 2. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as informações trimestrais - ITR da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") e com as conclusões expressas no relatório sobre as informações trimestrais - ITR para o período findo em 31 de março de 2020.

### 3. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Chronus Auditores Independentes foi contratada para a prestação de serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício de 2020.

## **Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTE” ou “Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como a norma *internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 emitida pelo IASB, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Outros assuntos**

**Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020.

Chronus Auditores Independentes S/S  
CRC-PE-000681/O S-RJ



Rosivam Pereira Diniz  
Contadora CRC-PE-014050/O-4 S-RJ



Marcelo Cardona Sobral  
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ

## Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		73	55
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	31.013	22.237
Concessionárias e permissionárias	9	7.213	7.169
Ativo de contrato	10	32.031	31.647
Impostos e contribuições a recuperar		311	1.121
Outros ativos		3.541	2.098
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>74.182</b>	<b>64.327</b>
Ativo de contrato	10	188.294	188.377
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	21.327	21.132
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>209.621</b>	<b>209.509</b>
Imobilizado e Intangível		1.222	1.222
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>1.222</b>	<b>1.222</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>210.843</b>	<b>210.731</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>285.025</b>	<b>275.058</b>
Fornecedores		212	407
Debêntures	11	20.854	17.953
Impostos e contribuições a recolher	12	1.648	1.855
PIS e COFINS Diferidos	13	1.077	1.159
Dividendos a pagar	16 (c)	9.608	9.608
Encargos setoriais		1.683	1.521
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>35.082</b>	<b>32.503</b>
Debêntures	11	64.806	69.609
PIS e COFINS Diferidos	13	6.733	6.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	23.917	23.939
Provisões		349	349
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>95.805</b>	<b>100.540</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>130.887</b>	<b>133.043</b>
Capital social	16 (a)	76.281	76.281
Reserva de lucros	16 (b)	65.734	65.734
Lucro líquido do período		12.123	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>154.138</b>	<b>142.015</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>285.025</b>	<b>275.058</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

## Demonstrações do resultado

Período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>16.057</b>	<b>7.677</b>
Serviços de terceiros	19 (a)	(547)	(508)
Outros		(76)	(16)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(623)</b>	<b>(524)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>15.434</b>	<b>7.153</b>
Serviços de terceiros	19 (b)	(97)	(282)
Outros		(11)	(79)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(108)</b>	<b>(361)</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>15.326</b>	<b>6.792</b>
Receitas financeiras		440	697
Despesas financeiras		(3.153)	(3.751)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>20</b>	<b>(2.713)</b>	<b>(3.054)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>12.613</b>	<b>3.738</b>
Corrente	21	(523)	(616)
Diferido	21	33	928
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(490)</b>	<b>312</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>12.123</b>	<b>4.050</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	17	0,16	0,05

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

## Demonstrações do resultado abrangente

Período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019

(em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do período	12.123	4.050
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>12.123</b>	<b>4.050</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019

(em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Legal	Dividendo retido	Dividendo adicional	Lucros a realizar		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	76.281	13.286	2.320	3.512	40.667	-	136.066
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.050	20.228
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	76.281	13.286	2.320	3.512	40.667	4.050	140.116
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	76.281	14.298	1.161	9.608	40.667	-	142.015
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	12.123	12.123
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	76.281	14.298	1.161	9.608	40.667	12.123	154.138

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do período		12.123	4.050
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33)	(928)
- PIS e COFINS diferidos		12	(307)
- Juros e correção monetária sobre financiamentos		3.108	3.712
- Remuneração do ativo de contrato	10	(8.092)	(9.216)
		<b>7.118</b>	<b>(2.689)</b>
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(8.776)	(1.703)
- Concessionárias e permissionárias		(44)	(1.757)
- Ativo de contrato	10	7.791	17.630
- Impostos e contribuições a recuperar		810	254
- Outros ativos		(1.715)	(51)
- Fornecedores		(195)	(4)
- Impostos e contribuições a recolher		(208)	57
- Encargos setoriais		163	188
- Outros passivos		-	(829)
- Debêntures - pagamento de juros	11	(1.702)	(2.274)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>3.242</b>	<b>8.822</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários		83	(254)
Imobilizado e intangível		-	162
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>83</b>	<b>(92)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Debêntures - pagamento de principal	11	(3.307)	(8.936)
<b>Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento</b>		<b>(3.307)</b>	<b>(8.936)</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>18</b>	<b>(206)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		55	303
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março</b>		<b>73</b>	<b>97</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

## Demonstrações do valor adicionado

Período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/03/2019
<b>Receitas (1)</b>		<b>17.285</b>	<b>9.085</b>
Remuneração do ativo de contrato	18	13.520	9.337
Operação e manutenção do ativo de contrato	18	3.765	4.659
Parcela variável	18	-	(4.911)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b>		<b>730</b>	<b>886</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		622	524
Despesas gerais, administrativas e outros		108	362
<b>Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)</b>		<b>18.015</b>	<b>9.971</b>
Depreciação e amortização (4)		-	-
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)</b>		<b>18.015</b>	<b>9.971</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência (6)</b>		<b>440</b>	<b>697</b>
Receitas financeiras	20	440	697
<b>Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)</b>		<b>18.455</b>	<b>10.668</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>18.455</b>	<b>10.668</b>
Impostos, taxas e contribuições		1.195	1.408
Juros	20	3.153	3.751
Outros		1.984	1.459
Lucros líquido do exercício		12.123	4.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
<b>Base de preparação</b>		
1.	Contexto operacional	13
2.	Base de preparação	13
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	14
4.	Uso de estimativas e julgamentos	14
<b>Políticas contábeis</b>		
5.	Base de mensuração	14
6.	Sazonalidade	14
7.	Políticas contábeis	14
<b>Ativos</b>		
8.	Títulos e valores mobiliários	15
9.	Concessionárias e permissionárias	15
10.	Ativo de contrato	16
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
11.	Debêntures	16
12.	Impostos e contribuições a recolher	18
13.	PIS e COFINS diferidos	19
14.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19
15.	Passivos contingentes	19
16.	Patrimônio líquido	19
<b>Desempenho do ano</b>		
17.	Lucro básico e diluído por ação	21
18.	Receita operacional líquida	21
19.	Serviços de terceiros	22
20.	Receitas (despesas) financeiras líquidas	22
<b>Tributos sobre o lucro</b>		
21.	Imposto de renda e contribuição social	22
<b>Outras informações</b>		
22.	Transações com partes relacionadas	23
23.	Gestão de riscos financeiros	23
24.	Cobertura de seguros	25
25.	Coronavirus (COVID-19)	26
26.	Evento subsequente	27

## 1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de março de 2020 a Celeo Redes possui 100% de participação na Companhia.

### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

### 1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.565, de 28 de junho de 2019, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2019-2020 em R\$ 67.943 (R\$ 89.636 para o ciclo 2018-2019). Uma redução quando comparado ao ciclo anterior devido à redução de 50% da RAP.

## 2 Base de preparação

### Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A apresentação destas informações trimestrais - ITR (controladora e consolidado) foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR.

A emissão destas informações trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 25 de junho de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações trimestrais - ITR, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **5 Base de mensuração**

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **6 Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

### **7 Políticas contábeis**

As práticas e os critérios contábeis adotados na preparação destas informações trimestrais - ITR, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente, informamos que estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 8 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

		31/03/2020	31/12/2019
Fundo de investimento		-	16
CDB	(a)	31.013	22.221
		<b>31.013</b>	<b>22.237</b>

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 97% (97% em 31 de dezembro de 2019) do DI com vencimento entre setembro de 2020 e março de 2021.

### ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 31 de março de 2020 e e 31 de dezembro de 2019, todas as contas estão preenchidas conforme estipulado na escritura dessas debêntures.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 31 de março de 2020 foi de 0,92% (5,63% em 31 de dezembro de 2019).

## 9 Concessionárias e permissionárias

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	6.222	6.721
Até 3 meses	40	57
Acima de 3 meses	951	391
	<b>7.213</b>	<b>7.169</b>

## 10 Ativo de contrato

<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>	<b>220.024</b>	<b>253.450</b>
Remuneração do ativo de contrato	8.092	9.216
Recebimentos	(7.791)	(17.630)
<b>Em 31 de março de 2020 e 2019</b>	<b>220.325</b>	<b>245.036</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial conforme abaixo.:

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	32.031	31.647
Não circulante	188.294	188.377
	<b>220.325</b>	<b>220.024</b>

## 11 Debêntures

Debêntures	(a)	89.779	122.513
Custo de transação	(b)	(2.217)	(2.782)
<b>Em 31 de dezembro de 2019 e 2018</b>		<b>87.562</b>	<b>119.731</b>
Juros		2.967	3.570
Amortização - principal		(3.307)	(8.936)
Amortização - juros		(1.702)	(2.274)
Amortização - custo de transação		141	142
Debêntures		87.736	114.873
Custo de transação		(2.076)	(2.640)
<b>Em 31 de março de 2020 e 2019</b>		<b>85.660</b>	<b>112.233</b>

- (a) No dia 28 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, pelo valor de R\$ 223.832 e foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados no valor de; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último será realizado na data do vencimento em 11 de novembro de 2023.



A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	20.854	17.953
Não circulante	64.806	69.609
	<b>85.660</b>	<b>87.562</b>

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	31/03/2020
Em 2021	12.321
Em 2022	22.698
Em 2023	29.787
	<b>64.806</b>

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir:

- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura;
- Não manter, a cada trimestre de apuração o montante requerido na conta reserva de O&M ou na conta de complementação de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD);
- Não renovação, cancelamento, revogação, encampação, caducidade, extinção da concessão objeto do contrato de concessão;
- Cisão ou fusão da Companhia sem prévia anuência dos debenturistas;
- Protesto de títulos de responsabilidade ou co-obrigação da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 10.000, cuja devida comprovação não for apresentado ao agente fiduciário;
- Não observância pela Companhia em cada trimestre de apuração do ICSD mínimo de 1,10. Caso, em qualquer trimestre de apuração, o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, a Companhia não deposite na conta de complementação de ICSD o montante necessário para que o ICSD modificado atinja 1,20.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	31/03/2020
ICSD = A / B	1,68
<b>(+) Fluxo de caixa operacional (A.1)</b>	<b>58.927</b>
<b>(-) Variação de capital de giro (A.2)</b>	<b>6.260</b>
<b>(-) Impostos</b>	<b>(564)</b>
<b>(A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>64.622</b>
<b>(+) Amortização de principal de qualquer dívida contraída</b>	<b>30.670</b>
<b>(+) Pagamento de juros de qualquer dívida contraída</b>	<b>7.762</b>
<b>(B) Serviço da dívida</b>	<b>38.432</b>
<b>(+) Receita líquida</b>	<b>69.262</b>
<b>(-) Custos e despesas operacionais</b>	<b>(10.335)</b>
<b>(-) CAPEX Líquido de financiamento</b>	<b>-</b>
<b>(A.1) Fluxo de caixa operacional</b>	<b>58.927</b>
<b>(+) Ativo Circulante</b>	<b>42.151</b>
<b>(-) Caixa e Bancos</b>	<b>(31.086)</b>
<b>(+) Passivo Circulante</b>	<b>34.005</b>
<b>(-) Dívida de Curto Prazo</b>	<b>(20.854)</b>
<b>(=) Necessidade de Capital de Giro no período T</b>	<b>(2.086)</b>
<b>(+) Ativo Circulante</b>	<b>29.853</b>
<b>(-) Caixa e Bancos</b>	<b>(18.884)</b>
<b>(+) Passivo Circulante</b>	<b>30.675</b>
<b>(-) Dívida de Curto Prazo</b>	<b>(23.880)</b>
<b>(=) Necessidade de Capital de Giro no período T-1</b>	<b>4.174</b>
<b>(A.2) Variação de capital de giro</b>	<b>(6.260)</b>

Em 31 de março de 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures.

## 12 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda	1.180	839
Contribuição social	468	294
Outros	-	722
	<b>1.648</b>	<b>1.855</b>

### 13 PIS e COFINS diferidos

	31/03/2020	31/12/2019
PIS	1.391	1.388
COFINS	6.419	6.414
	<b>7.810</b>	<b>7.802</b>

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	1.077	1.159
Não circulante	6.733	6.643
	<b>7.810</b>	<b>7.802</b>

### 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda	17.586	17.602
Contribuição social	6.331	6.337
	<b>23.917</b>	<b>23.939</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

### 15 Passivos contingentes

A Companhia possui processos judiciais de natureza tributária e trabalhista. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o valor em risco é de R\$ 3.569.

### 16 Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

No dia 6 de julho de 2018 os acionistas aumentaram o capital social da Companhia em R\$ 11.699.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 76.281 dividido em 76.281.111 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo Redes.

**(b) Reserva de lucros**

**i. Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

**ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto**

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia pagou o valor de R\$ 1.159 e R\$ 3.512 referente ao dividendo retido e dividendo adicional proposto, respectivamente.

**iii. Reserva de lucros a realizar**

Alteração da taxa que remunera o ativo de contrato (iii.1)	83.260
Alteração da margem reconhecida na receita de O&M (iii.2)	18.398
Alteração da inflação que remunera o ativo de contrato (iii.3)	(37.459)
Impacto do PIS e COFINS diferidos - ativo de contrato x ativo financeiro (iii.4)	(2.343)
Impacto do IRPJ e CSLL diferidos - ativo de contrato x ativo financeiro (iii.4)	(21.189)
<b>Impacto da adoção do CPC47/IFRS15</b>	<b>40.667</b>

iii.1 Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava o ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12. O ativo financeiro era remunerado com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, o ativo de contrato é remunerado utilizando a "taxa de desconto" definida no início de cada projeto.

iii.2 Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

iii.3 Com a alteração da TIR do ativo financeiro para taxa de desconto no escopo do ativo de contrato, houve alteração na taxa de inflação futura considerada para descontar os fluxos de recebimentos.

iii.4 Impacto do impostos incidentes na adoção do CPC47/IFRS 15.

(c) **Dividendo mínimo obrigatório**

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

**17 Lucro básico e diluído por ação**

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do período	12.123	4.050
Média ponderada das ações emitidas	76.281	76.281
	<b>0,16</b>	<b>0,05</b>

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

**18 Receita operacional líquida**

	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração do ativo de contrato	13.520	9.337
Receita de operação e manutenção	3.765	4.659
Parcela variável	(a) -	(4.911)
<b>Receita bruta</b>	<b>17.285</b>	<b>9.085</b>
PIS e COFINS correntes	(580)	(779)
PIS e COFINS diferidos	(12)	307
Encargos setoriais	(636)	(936)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(1.228)</b>	<b>(1.408)</b>
	<b>16.057</b>	<b>7.677</b>

- (a) A Parcela variável é o desconto, previsto no contrato de concessão e em resolução normativa da ANEEL, na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa da instalações integrantes da Rede Básica sob a responsabilidade da transmissora.

## 19 Serviços de terceiros

### (a) Custos operacionais

Nesta conta são registrados substancialmente os custos com operação e manutenção das instalações de transmissão.

Durante o primeiro trimestre de 2020 do total dos custos incorridos: (i) R\$ 511 (R\$ 491 em 31 de março de 2019) refere-se a prestação de serviço de operação e manutenção das suas instalações de transmissão; e (ii) R\$ 36 (R\$ 17 em 31 de março de 2019) de outros custos.

### (b) Despesas operacionais

Nesta conta são registradas substancialmente as despesas com consultorias e auditorias.

## 20 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	31/03/2020	31/03/2019
Rendimento de aplicação financeira	440	531
Outras receitas	-	166
<b>Receitas financeiras</b>	<b>440</b>	<b>697</b>
Juros das debêntures	(2.967)	(3.570)
Custo de transação - debêntures	(141)	(142)
Outras despesas	(45)	(39)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3.153)</b>	<b>(3.751)</b>
	<b>(2.713)</b>	<b>(3.054)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2020		31/03/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	12.213	12.213	16.365	16.365
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita	977	1.466	1.309	1.964
Receita de O&M	3.649	3.649	3.649	3.649
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	292	438	292	438
Receitas financeiras	102	102	264	264
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto corrente</b>	<b>(343)</b>	<b>(180)</b>	<b>(376)</b>	<b>(240)</b>
Diferenças temporárias	24	9	682	246
<b>Imposto diferido</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>682</b>	<b>246</b>

## 22 Transações com partes relacionadas

### (a) Remuneração da administração

Em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

## 23 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

#### i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

#### ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

### iii. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

#### iii.1 **Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

#### iii.2 **Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

### iv. **Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

#### (b) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 31 de março de 2020. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.



Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(1.769)	(1.327)	(885)
Debêntures	Aumento do IPCA	2.597	1.948	1.298

\* fonte: relatório FOCUS de 27 de março de 2020 publicado no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI e o IPCA para o cenário provável (3,38% e 2,96%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2020.

### (c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 88.390 para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

## 25 Coronavírus (COVID-19)

### (a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde elevou o status do surto de Coronavírus (COVID-19) à pandemia mundial. Em escala global, governos passaram a adotar medidas de restrição de mobilidade visando mitigar a disseminação do vírus, repercutindo em abrupta desaceleração da atividade econômica associado ao expressivo aumento devido aos rumos e impactos da pandemia no cenário econômico global.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Ao final do primeiro trimestre de 2020, o Brasil registrou uma redução do Produto Interno Bruto de 1,5%, retratando em decréscimo de produção industrial de 9,1% em relação ao trimestre anterior.

### (b) Medidas adotadas pela Companhia

- **Corporativas**
  - Elaboração de protocolos específicos para ações relacionadas ao COVID-19;
  - Reuniões diárias por videoconferência envolvendo os membros do comitê de crises com acompanhamento das ações;
  - Comunicação semanal orientativa e de incentivo à prevenção do COVID-19 através do canal de comunicação; e
  - Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Serviço (redução e revezamento dos times que atuam na sala de controle principal e equipe de backup em isolamento e pronta para atendimento).
- **Organizacionais**
  - Formação de grupos de trabalho do escritório do Rio de Janeiro e bases, envolvendo 115 colaboradores com apoio do Instituto Integrato, visando colaborar para a saúde mental dos colaboradores do Grupo Celeo;
  - Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) - 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
  - Disponibilização de serviço médico 24 horas por dia através da telemedicina, com acesso gratuito e ilimitado para tirar dúvidas pelo celular sobre os cuidados com a família;
  - Acompanhamento das consultas pelo teletendimento através do programa "Eu saúde" e monitoramento dos casos suspeitos; e
  - Suporte emocional do RH aos colaboradores que tiveram parentes afetados pela COVID-19.

▪ **Ações externas**

- Participação nas associações setoriais (ABRATE e ABSOLAR);
- Apresentação do plano de contingência com as ações de enfrentamento do COVID-19 a agentes públicos;
- Planejamento de ações sociais para apoio aos municípios ou comunidades; e
- Ações junto às associações para manter a segurança jurídica e regulatória no cumprimento do fluxo de caixa das concessões.

**(c) Impacto nas informações trimestrais - ITR**

Os efeitos do COVID-19 não registraram impactos nos resultados do Grupo Celeo para o período findo em 31 de março de 2020. Não foram percebidos impactos sobre o nível de inadimplência do contas a receber das concessionárias. Preventivamente, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- impacto nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência;
- redução da taxa de juros e capacidade da Companhia para aceder ao mercado de dívida de curto e médio prazo; e
- ruptura na cadeia de fornecimento de materiais e serviços que impactem nos níveis de capex previstos para 2020.

Os possíveis impactos do COVID-19 divulgados no 1º trimestre de 2020 foram baseados nas melhores estimativas da Administração, a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e tendo como premissa a limitação de mobilidade de até 3 meses. Esses eventos poderão afetar temporariamente os resultados dos negócios em 2020, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisitou suas bases orçamentárias e não observou impactos projetados para o exercício de 2020.

## **26 Eventos subsequentes**

**(a) Aprovação dos resultados de 2019**

Conforme assembleia geral ordinária realizada no dia 6 de abril de 2020, os acionistas aprovaram a destinação do resultado do exercício de 2019.

**(b) Dividendos**

No dia 16 de abril de 2020 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios para a Celeo Redes no valor de R\$ 4.804.

Francisco Antolin Chica Padilla  
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8